

O SENTIDO DO ATOR E DOS FATOS: LUIZ WERNECK VIANNA E A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA

THE MEANING OF THE ACTOR AND THE FACTS: LUIZ WERNECK VIANNA AND THE BRAZILIAN POLITICAL CONTEXT

Fernando Perlatto

Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/UERJ), é professor e pesquisador do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Diretor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (ICH/UFJF).

Diogo Tourino

Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/UERJ), é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenador-geral de processos seletivos da Universidade Federal de Juiz de Fora (Copese/UFJF).



RESUMO

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Luiz Werneck Vianna consolidou uma vasta agenda de pesquisa, sem perder, contudo, a vocação pública que animou sua vida intelectual. Membro de uma geração marcada pela conjuntura crítica dos anos 1960, Werneck Vianna transitou entre a militância política e a atuação profissional no campo das Ciências Sociais, forjando uma biografia na qual a vida do intelectual, seu fazer profissional e a premência dos desafios postos pela conjuntura imediata estavam unidos de forma incontornável. Este artigo propõe, assim, uma releitura dos principais temas investigados por Werneck Vianna, associando suas urgências à conjuntura a partir da qual foram pensados. São indicadas três fases como caminhos possíveis para apreensão do seu fazer intelectual: um primeiro momento, compreendendo o período que se estende do final dos anos 1970 até o início dos anos 1990; uma segunda fase, que abarca os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000; e uma terceira etapa, que abrange o período de recrudescimento da crise política do país, intensificado a partir das manifestações de junho de 2013. Ao seu modo, o intelectual público buscou interpretar o país, indicando novos e velhos atores, transformações, permanências, desafios e caminhos possíveis, mas, sobretudo, disputando o sentido do ator e dos fatos.

Palavras-chave: conjuntura política; imaginação sociológica; vocação pública; intelectuais; Werneck Vianna.

ABSTRACT

Throughout his academic career, Luiz Werneck Vianna consolidated a vast research agenda, without losing, however, the public vocation that excited his intellectual life. Member of a generation marked by the critical situation of the 1960s, the expert moved between political activism and professional activity in the Social Sciences, constructing a biography in which the life of the intellectual, his professional work and the urgency of the challenges mobilized by the situation immediately were together in an unavoidable way. The paper proposes a reinterpretation of the main subjects investigated by Werneck Vianna, associating their urgency with the context from which they were conceived. Three phases are indicated as possible paths for understanding his intellectual work: a first moment, comprising the period that extends from the end of the 1970s to the beginning of the 1990s; a second phase, which addresses the 1990s and the first decade of the 2000s; and a third stage, which covers the period of resurgence of the country's political crisis, intensified after the demonstrations of June 2013. In his own way, the public intellectual sought to interpret the country, indicating new and old actors, transformations, permanence, challenges and possible paths, but, above all, disputing the meaning of the actor and the facts.

Keywords: political context; sociological imagination; public vocation; intellectuals; Werneck Vianna.

Nunca parti de um livro para a realidade, foi sempre o oposto. Sempre fui ao livro para tentar resolver algum problema que identificava no mundo. E isso persiste, é a minha marca. Vou do “aqui e agora” para a investigação, a pesquisa. Claro que ao longo desse tempo fui assumindo uma identidade profissional mais definida, acompanhando, aliás, o processo de institucionalização das ciências sociais. Mesmo assim não posso dizer que assumi plenamente uma identidade acadêmica. No mais é zigue-zague. O que definiu meu caminho foi a inserção na vida pública. Deliberada, porque eu a escolhi. Fui atrás dela (Vianna, 2006a).

Em entrevista concedida à revista *Ciência Hoje*, em 2012, ao ser indagado sobre suas futuras agendas de pesquisas, Luiz Werneck Vianna reagiu afirmando que suas investigações eram animadas pela “necessidade”. Tratava-se, conforme respondeu à época, de reforçar o entendimento de que suas inquietações acadêmicas estavam intrinsecamente ligadas às preocupações com o tempo presente e com a conjuntura política do país. Partindo de um intelectual público com longa inscrição na vida brasileira, a defesa da “necessidade” como motivação conecta de modo constitutivo *insights* teóricos e agenda pública, destacando que suas agendas de pesquisas sempre partiram do “aqui e agora” (Vianna, 2006a, p. 166). Mesmo com o passar dos anos, tendo vivido o processo de conformação de uma identidade profissional mais nítida – em um movimento que acompanhou a própria institucionalização do campo das Ciências Sociais no país –, Werneck Vianna construiu suas investigações acadêmicas “para tentar resolver algum problema que identificava no mundo” (Vianna, 2006a, p. 166). Nesse sentido, ao analisar sua trajetória intelectual em uma perspectiva de mais longa duração, é possível afirmar que ela não apenas se inscreve, mas é exemplar de uma tradição da sociologia brasileira, marcada pela forte vocação pública.¹

Pertencente a uma geração de intelectuais que teve seu amadurecimento político na conjuntura crítica dos anos 1950, que construiu sonhos e utopias no início dos anos 1960 e que foi profundamente impactada pelo golpe civil-militar de 1964, Werneck Vianna construiu, desde cedo, um percurso biográfico marcado por forte compromisso político, associado, a maior parte da vida, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 2010, em conferência proferida na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – ocasião na qual foi criada a Cátedra Luiz Werneck Vianna –, o intelectual público destacou que, para ele, desde cedo, assim para como outros colegas de sua geração, a vida ordinária era um insulto, sendo o seu desejo real ser um tribuno da plebe (Vianna, 2012). De forma semelhante, em 2021, numa conferência na Universidade de São Paulo (USP) em homenagem a Francisco Weffort,² Werneck Vianna afirmou que, apesar das trajetórias não lineares, em zigue-

¹ Para uma discussão sobre a vocação pública da sociologia no Brasil, ver: Vianna, Cavalho e Melo (1994) e Perlatto (2016).

² Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midiатеca/video/videos-2021/homenagem-ao-prof-francisco-correa-weffort-parte-2-de-2>. Acesso em: 15 jul. 2024.

zague, a sua geração e a de Weffort teve como uma de suas principais marcas a inscrição na esfera pública e o engajamento com temas da conjuntura política. Nesse sentido, a percepção de que a vida do intelectual, seu fazer profissional e a premência dos desafios postos pela conjuntura imediata estavam unidos de forma incontornável foi uma constância manifesta no entendimento de Werneck Vianna acerca da própria biografia: “O que definiu meu caminho foi a inserção na vida pública” (Vianna, 2006a, p. 166).

Essa inscrição na vida pública não desfocou, contudo, uma trajetória intelectual de destaque, construída, durante a maior parte de sua vida acadêmica, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), e, posteriormente, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mas que sempre esteve, com efeito, marcada pela vocação pública. Para além dos periódicos acadêmicos, seus textos foram publicados em revistas, como *Voz da Unidade* – semanário editado pelo PCB, no qual foi um colaborador assíduo – e *Presença* – da qual foi um dos principais impulsionadores –; além de jornais, como *Valor Econômico* e *Estado de São Paulo*, nos quais atuou como colunista. Essa trajetória acadêmica relevante, que o levou, inclusive, a ser presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) durante o biênio 2003-2004, além de ser homenageado com o Prêmio Florestan Fernandes da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 2011; e o Prêmio Anpocs de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci em Sociologia, em 2014, como bem percebido por ele ao abordar a atuação dos cientistas sociais no contexto da redemocratização (Vianna, 2004), serviu de lastro e reconhecimento para sua intervenção na esfera pública.

Neste artigo, discutimos a imaginação sociológica de Werneck Vianna partindo do pressuposto de que ela conservou vínculos fortes com os acontecimentos da conjuntura política brasileira. Trata-se, em grande medida, de uma reflexão preocupada em intervir e disputar o sentido do ator e dos fatos no tempo presente. Se, por um lado, a compreensão da sua obra demanda um entendimento sobre o Brasil na pós-redemocratização, por outro, pelas lentes da produção do autor, compreendem-se as mudanças que ocorreram no país em tempos recentes. No desenvolvimento do argumento, o texto procura analisar a produção intelectual de Werneck Vianna em três fases, a saber: em um primeiro momento, compreendendo o período que se estende do final dos anos 1970 até o início dos anos 1990; uma segunda fase, que abarca os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000; e uma terceira etapa, que abrange o período de recrudescimento da crise política do país, intensificado a partir das manifestações de junho de 2013.

Ainda que os marcos da conjuntura sejam passíveis de disputas, a proposta indica a possibilidade de identificarmos algumas clivagens temáticas na obra do autor, que manifestam, conforme o argumento aqui em curso, questões postas na agenda pública brasileira. Ao seu modo, o intelectual público buscou interpretar o país, indicando novos e velhos atores, transformações, permanências, desafios e caminhos possíveis.



Anos 1970 a 1990: ditadura e redemocratização

O final dos anos 1970 e a década de 1980 foram períodos marcados por transformações de enorme relevância no Brasil. Ainda que a ditadura militar permanecesse vigente, com seus mecanismos de repressão operando em diversas direções, o regime já demonstrava sinais de enfraquecimento. Se, de um lado, os últimos governos militares, de Geisel e Figueiredo, conduziam, “por cima”, o processo de abertura “lenta, gradual e segura”, de outro, “por baixo”, a sociedade civil se reorganizava de modo vibrante, pressionando para que a redemocratização do país tivesse direcionamentos mais progressistas (Teixeira, 2003). Os resultados eleitorais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974 e as mobilizações em torno dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em 1976, são movimentos que evidenciam a perda gradativa da legitimidade do regime militar. Na sequência, essas movimentações de setores da sociedade civil iriam se expandir significativamente, “quando novos personagens entraram em cena” (Sader, 1988), com um deles, em especial, destacando-se: o movimento operário. Ganhando protagonismo a partir das grandes greves ocorridas no final dos anos 1970 no ABC paulista e constituindo organizações importantes – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983 –, o movimento operário desempenhou papel fundamental nas lutas pela redemocratização do país, em especial no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.

Foi nesse contexto, em diálogo direto com as transformações que ocorriam na conjuntura política do país, que Luiz Werneck Vianna escreveu suas obras da “primeira fase”. Após ter saído da prisão em 1971, em decorrência de sua militância política no PCB, Werneck Vianna mudou-se do Rio de Janeiro para São Paulo, onde – com a mediação de Fernando Henrique Cardoso – começou a trabalhar no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e iniciou seu doutorado na USP, sob a supervisão de Francisco Weffort. Em decorrência de seus interesses políticos, de sua aproximação com pesquisadores do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), além de sua percepção, à época, de que o sindicalismo se colocava como o “protagonista do processo de mudança” (Vianna, 2006a, p. 167), Werneck Vianna passou a se dedicar mais sistematicamente ao estudo do movimento operário, participando de reuniões importantes da vida sindical, como a I Conferência de Delegados de Base de São Bernardo. Depois que a repressão voltou a persegui-lo – forçando-o, inclusive, a abandonar o cargo de professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que tinha iniciado em 1975 –, Werneck Vianna retornou ao Rio de Janeiro, permanecendo escondido na casa do dramaturgo Paulo Pontes, onde redigiu parte importante de sua tese de doutorado, defendida em 1975, que resultou no livro *Liberalismo e sindicato no Brasil*, publicado em 1976.³

³ No prefácio à quarta edição de *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Werneck Vianna narra o processo de elaboração de sua tese de doutorado, enquanto Paulo Pontes escrevia a peça *Gota d'água*, em parceria com Chico Buarque. Nesse texto, Werneck Vianna destaca que o livro “foi um ato de resistência” e que, ao elaborar a tese, “não visava a academia, mas o público em geral”, apesar de estar movido pela intuição, que se revelou certa, de uma nova forma de comunicação com este, aconselhava o tipo de estilo e de argumento que,

Tal livro pode ser situado no âmbito de uma produção intelectual nos anos 1970 que buscou compreender, por meio de análises históricas macroestruturais, com base em diferentes perspectivas, as características da “revolução burguesa” no Brasil e as contradições do processo de modernização no país, tendo como pano de fundo o novo ciclo autoritário iniciado com o golpe de 1964. Ao lado de trabalhos de autores como Florestan Fernandes (*A revolução burguesa no Brasil*, de 1974), Francisco de Oliveira (*A economia brasileira*, de 1981, e *Crítica à razão dualista*, de 1972), Simon Schwartzman (*São Paulo e o Estado Nacional*, de 1975), José de Souza Martins (*Capitalismo e tradicionalismo*, de 1975), a tese elaborada por Werneck Vianna nos anos 1970 buscava compreender as características da nossa “modernização conservadora”, analisando aspectos do passado – em especial a Revolução de 1930 e o movimento de “modernização pelo alto” iniciado por Getúlio Vargas –, mas com um olhar diretamente interessado na conjuntura política do país, em especial no autoritarismo então vigente.⁴ Em diálogo direto com os textos de Lenin sobre a “via prussiana” de modernização, de Gramsci sobre o Risorgimento italiano e de Barrington Moore Jr. sobre as diferentes trajetórias de acesso ao moderno, Werneck Vianna mobilizou nesse trabalho amplo material empírico para problematizar as explicações dualistas que opunham as categorias de “tradicional” e “moderno”, mostrando as articulações entre esses polos na constituição da ordem burguesa e do capitalismo brasileiro. Werneck Vianna analisa a legislação trabalhista e a institucionalidade corporativa erigida por Vargas, que, a despeito do autoritarismo e do seu caráter recessivo, logrou estabelecer um processo de solidarização entre Estado e movimento operário, assegurando que a comunicação entre capital e trabalho saísse das instâncias privadas e ocorresse pela intermediação do direito, um meio público, em um processo complexo e contraditório de repressão e de valorização do trabalho e do trabalhador (Vianna, 1999).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em um contexto de fortalecimento do movimento sindical e do conturbado processo de redemocratização, a preocupação com a questão operária permaneceu central na agenda intelectual e política de Werneck Vianna. Para além da produção intelectual sobre o tema – que se dava também em espaços como o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), e que resultou na publicação de artigos importantes, como, por exemplo, “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica” (Vianna, 1984) –, seus escritos estiveram direcionados para o debate sobre o contexto político que o país atravessava e o lugar a ser ocupado pelos comunistas nessa quadra específica da história. A coletânea *A classe operária e a abertura* – que reúne ensaios, artigos e entrevistas publicados em diferentes espaços – é exemplar dessa agenda de preocupações de Werneck

naquele momento, nascia na Universidade”, e ressalta, “Devo, pois, a *Liberalismo e sindicato no Brasil* uma forma de acesso à Universidade que me permitiu reconstruir a minha identidade pública em continuidade com o meu passado de militância política, e esse é um dos principais motivos pelos quais me orgulho dele” (Vianna, 1999, p. 14, grifo nosso).

⁴ Para um panorama das pesquisas produzidas nesse momento que buscavam compreender a “modernização conservadora”, ver Perlatto (2014).

Vianna, que buscava, a partir desses textos, “influir, obviamente que entre os círculos de esquerda, no modo de pensar – e conseqüentemente no de agir – na conjuntura” (Vianna, 1983, p. 9). Abordando temáticas como as relações entre a fábrica e o sistema político, a questão do nacional, o lugar dos intelectuais na transição e as possibilidades de construção de alianças entre a classe operária com as correntes liberais e o empresariado moderno, o cerne da preocupação que orienta os textos era o de contribuir com o processo de “fixação de uma tendência” para a ação dos comunistas. Essa tendência estaria ancorada nos pressupostos estabelecidos pela Declaração de Março de 1958 do partido, que rompeu com o “sectarismo”, o “aventureirismo”, o “foquismo” e a “militarização da política e do partido” (Vianna, 1983, p. 15), a partir da valorização da questão democrática.

Em um contexto no qual o regime militar perdia força e legitimidade, mas no qual as forças do “antigo regime” buscavam conduzir os rumos da transição – como se evidencia, por exemplo, na derrota do movimento das Diretas Já –, as definições sobre os sentidos da questão democrática se tornavam ainda mais centrais. Nesse momento, Werneck Vianna buscava não apenas intervir diretamente, como ator, nos rumos da transição – candidatando-se a deputado na Assembleia Nacional Constituinte –, mas também procurava dar seqüência ao movimento interpretativo sobre os rumos dos fatos, em uma conjuntura política na qual se avizinhavam as eleições municipais de 1988 e a sucessão presidencial de 1989. Questões como a coalizão entre a “esquerda de estratégia democrática”, em especial os comunistas, e os “liberais avançados”, o papel do sindicalismo nas lutas em curso e o tema da organização dos intelectuais aparecem com destaque nos artigos que compõem as coletâneas *Travessia: da abertura à Constituinte* (1986) e *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial* (1989). Em textos que demonstravam, por um lado, uma perspectiva crítica ao neoliberalismo que ganhava força naquele contexto, e, por outro, que expunham as divergências de estratégias com as demais forças políticas que se tornavam majoritárias no campo da esquerda – em especial o PT e o PDT –, Werneck Vianna identifica em um novo cenário aberto pela Constituição Federal de 1988, possíveis caminhos de ruptura com o atraso e de afirmação do moderno, capazes de assegurar a afirmação da cidadania e da democracia política.

No início dos anos 1990, Werneck Vianna – mais distanciado da militância política direta e cada vez mais inserido no processo de institucionalização pelo qual passavam as Ciências Sociais naquele contexto – deu seqüência a seu processo interpretativo do “aqui e agora”, tendo como cenário o governo de Fernando Collor de Mello. Eleito em 1989, prometendo uma ruptura com o atraso, Collor teve um mandato curto, interrompido pelo processo de *impeachment*, que o retirou do cargo após dois anos de governo. Nos textos que compõem a coletânea *De um plano Collor a outro* (1991), elaborados originalmente para o Grupo de Conjuntura do IUPERJ, Werneck Vianna analisa, em ensaios que mantêm a sua busca da intervenção na conjuntura, mas que adquirem um tom mais acadêmico, a campanha eleitoral de 1989, as propostas iniciais do

governo – em especial o “confisco” da poupança e a busca por derrotar a inflação com o Plano Collor II – e as reações da sociedade civil, interessado especialmente nos posicionamentos do empresariado e do movimento sindical. As contradições de um presidente que se elege com uma retórica neoliberal, ancorado em um “fundamentalismo americanista” – que buscava reiterar nos trópicos, a cultura política do indivíduo empreendedor e do progresso como obra de um livre-mercado –, mas se que vê diante dos desafios de uma crise de governabilidade, que o faz perder a base de sustentação política e social, são analisadas a partir de diferentes prismas nos textos publicados por Werneck Vianna nessa conjuntura.

Anos 1990 a 2000: a nova República, seus atores e seus fatos

O primeiro governo eleito pelo voto popular na nova República atravessou, assim, momentos conturbados desde os primeiros meses no poder. Os anos de Fernando Collor de Mello na presidência foram marcados pela tentativa de estabilização financeira por meio do Plano Collor, que avançou um plano nacional de desestatização e de abertura para importações, sem, contudo, alcançar o sucesso esperado. Tratava-se da proposição de uma agenda política e econômica de flagrante corte neoliberal, indicando o Estado como um operador ineficiente e economicamente custoso, por um lado, e a própria capacidade produtiva nacional como aquém das possibilidades de incremento de qualidade e competitividade internacional.

Ao lado disso, o político jovem, de perfil arrojado e oriundo da oligarquia política alagoana, conviveu com escândalos de corrupção incontornáveis para sua reputação, com acusações capitaneadas por seu irmão, Pedro Collor de Mello, e que tinham a figura de Paulo César Farias, seu tesoureiro de campanha, como central nas denúncias. De alguma forma, a temática da corrupção coadunava com a própria política de desestatização, que identificava no aparelho público possibilidades incontroláveis de desvio e ineficiência. Em síntese, o Estado reemergia, uma vez mais, como um dos problemas nacionais: se nas décadas anteriores era o local do autoritarismo e da opressão à livre-iniciativa da sociedade, agora era flagrante o obrigo concedido às práticas pouco republicanas e à incompetência ante as exigências do mercado competitivo.

Sem base de sustentação parlamentar, desprovido de um partido político forte capaz de construir alianças, Collor teve seu mandato abreviado em 1992 (Sallum Junior, 2015). Conforme há pouco mencionado, a conjuntura que alçou Itamar Franco à presidência foi objeto constante nos textos de intervenção elaborados por Werneck Vianna nos anos que circundaram a crise que encerrou o governo Collor. Todavia, um tema de fundo persistiu na reflexão do autor, consubstanciando uma agenda de pesquisa que se tornará robusta nas Ciências Sociais brasileiras a partir dos anos 1990: a moldura institucional forjada pela Constituição Federal de 1988, responsável por colocar à disposição dos atores da política institucional – sindicatos, partidos, representantes eleitos – e da sociedade civil novos instrumentos de atuação diante dos desafios postos pela conjuntura.

Werneck Vianna indicou como a Constituição Federal de 1988 cumpriu o papel em sedimentar uma tradição republicana sem a qual não teríamos democracia (Vianna, 2008). Desde a sua atuação no PCB nas décadas anteriores, o autor compreendeu que a resistência ao autoritarismo e a defesa da democracia envolveriam, em chave gramsciana, “guerra de movimento”, mas também “guerra de posição”. Parte dessa percepção está contida no conjunto de ensaios coligidos em *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1997, mas que recebeu uma segunda edição em 2002, com um prefácio de Maria Alice Rezende de Carvalho, que, naquele momento, organizou os temas centrais que ocupavam a obra de Werneck Vianna.

Os ensaios manifestam o modo com o qual o autor se apropriou dos conceitos de “revolução passiva” e “americanismo” nas obras de Gramsci e Tocqueville, indicando o modo dilatado no tempo com o qual as transformações se processavam em território nacional – chave na qual coube aos fatos o protagonismo entre nós –, além da contribuição para outro campo pensado em chave forte nas Ciências Sociais do país, a saber, o pensamento social brasileiro. Nesse sentido, o ensaio “Americanistas e iberistas: a polêmica entre Oliveira Vianna e Tavares Bastos” será fonte de permanente retorno em busca de elementos que permitam reenquadrar nosso entendimento acerca do papel do Estado e dos atores da sociedade civil na construção do país, na defesa de que só com o passado algum futuro é possível (Vianna, 2004).

Tal retorno permite com que o autor, destoando de parte expressiva das interpretações em curso, apreenda o Estado e sua atuação na construção do país não apenas em chave negativa. Ao ler o Brasil e sua tradição, Werneck indicou como o Estado cumpriu o importante papel de forjar uma civilização, “por cima”, ainda que sem os necessários elementos democráticos que poderiam, com efeito, ser avançados, agora, “por baixo”. Conforme há pouco mencionado, ante uma conjuntura marcada pela desestatização avançada pelo Plano Collor, entrecortada pela crise institucional que ocasionou o *impeachment*, o “aqui e agora” impuseram a Werneck Viana pensar como o Estado desempenhou um papel civilizacional ao longo da nossa tradição, papel este manifesto, com efeito, numa pedagogia exercida por meio da cultura dos direitos (Carvalho, 2012).

Nesse sentido, duas agendas de pesquisa emergem fortes na conjuntura inaugural dos anos 1990, e acompanharão o autor durante os próximos anos: de um lado, o exame da Constituição Federal de 1988 e dos operadores do direito, que agora municiaram os atores da política e da sociedade com relevantes instrumentos de atuação, responsáveis, inclusive, por novas e arriscadas formas de democracia direta; por outro, a interpretação de autores próprios da nossa tradição, por vezes abandonados ao passado reflexivo, mas que cada vez mais passaram a ser apreendidos como estoque de perguntas e respostas para os dilemas nacionais, notadamente em momentos de crise (Brandão, 2007).

Assim, Werneck Vianna reforçará nos anos subsequentes como a Constituição Federal de 1988 serviu como “mapa de voo” diante dos anos turbulentos da conjuntura brasileira. Sem dúvida, o



ocaso do primeiro governo eleito pelo voto popular após anos sob o autoritarismo poderia, à época, gerar indefinições mais arriscadas para a nascente democracia. Todavia, o elogio do autor acerca do modo como a Carta foi capaz de fornecer elementos com os quais a institucionalidade persistiu será traduzido numa agenda de pesquisa acerca dos instrumentos e atores forjados para lidar com a sociedade, seus novos temas e conflitantes interesses naquela conjuntura.

Werneck dedicará atenção empírica ao tema do controle de constitucionalidade, sobretudo ao modo como as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) passaram a ser apreendidas pelos autores elevados ao papel de proponentes como recursos válidos e de baixo custo no enfrentamento legislativo. Pensado pelo constituinte inaugural como recurso em casos de falha dos procedimentos da democracia liberal, o controle de constitucionalidade foi sendo progressivamente difundido entre os operadores, concomitante à percepção do Supremo Tribunal Federal (STF) como personagem relevante para o andamento democrático, por vezes mais ajustado às demandas do tempo, com respostas rápidas para os novos sujeitos de direitos.

Ao lado do tema do controle de constitucionalidade, a atuação dos juizados especiais e mesmo a atenção ao perfil dos juízes federais, figuras de grande poder decisório na moldura institucional da nova república, foi objeto de pesquisas nesses anos. Esses estudos empíricos, mobilizando fortemente uma literatura que já refletia o papel do Judiciário em outras experiências nacionais, foram publicados em *Corpo e alma da magistratura brasileira* (1997) e *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (1999), em coautoria com Manual Palácio da Cunha e Melo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Marcelo Burgos; e também em *A democracia e os três poderes no Brasil* (2002), organizado por Werneck Vianna.

É interessante notar, sob esse aspecto, como autores que abordaram o tema da prevalência dos operadores do direito, inclusive em cenários de omissão parlamentar, passaram a ser eleitos por Werneck como chave interpretativa para apreendermos o que o Brasil vivenciou de modo mais intenso no cenário pós-Constituinte. Ao lado dos clássicos de interpretação do país, o autor passou a mobilizar, assim, os trabalhos de Ronald Dworkin, Mauro Cappelletti, Antoine Garapon, Dieter Grimm, Robert Badinter, Stephen Breyer, entre outros. Merece destaque a relevância do trabalho de Philippe Nonet e Philip Selznick, *Direito e sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo* (1978), que teve a tradução para o português supervisionada por Werneck Vianna em parceria com José Eisenberg, em 2010.

Em todos esses trabalhos, transparece a vocação pública do autor, capaz de interpelar a realidade imediata por meio de interpretação inventiva de autores próprios da nossa tradição reflexiva, bem como importando de maneira crítica o que havia de mais sofisticado da reflexão teórica internacional. Werneck Vianna percebeu, sobretudo, como os operadores do direito, em meio a um cenário de omissão ou desfaçatez parlamentar, tornaram-se figuras de vulto no imaginário político brasileiro, precisamente por sua capacidade de avançar uma pedagogia por meio da cultura dos direitos. A velocidade das transformações vividas pela sociedade a partir

dos anos 1990, associada ao modo encapsulado com o qual a representação eleita portou-se em vários momentos da nova República, fez como que o Judiciário e seus instrumentos – controle de constitucionalidade, ações civis públicas, juizados especiais, entre outros – passassem a ser objeto constante de recurso, inclusive para a representação política.

Tais instrumentos e seus personagens estiveram no centro das investigações do autor nas décadas de 1990 e 2000. Não só objetos de reflexão, como também de atuação mais próxima, por meio da criação, em 2005, do Centro de Estudos Direito e Sociedade (Cedes). Abrigado originalmente no Iuperj, o Cedes uniu um grupo diverso de pesquisadores, incluindo jovens pós-graduandos e alguns operadores do direito, sendo responsável pela edição continuada de um boletim, além de iniciativas em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Merece destaque nessa parceria a condução do curso Humanismo em Nove Lições, precisamente em razão de coerência da proposta com a vocação pública de Werneck Vianna.

Isso porque, em meio à complexificação da sociedade contemporânea, o surgimento de novos atores e demandas cobrou progressivamente da dimensão parlamentar respostas que ou esta não estava pronta, ou não estava disposta a dar no tempo desejado pela sociedade. Conforme há pouco mencionado, aquilo que comumente recebe o diagnóstico de “judicialização” é um fenômeno complexo, sob o qual não cabem valências positivas ou negativas *a priori*. Fato é que o Judiciário foi progressivamente se adaptando à moldura posta pela Constituição Federal de 1988, tornando-se interlocutor inventivo da sociedade em matérias sobre as quais o Parlamento demonstrava incapacidade. Nesse cenário, a figura do juiz, que já havia sido escrutinada por Werneck Vianna na pesquisa *Corpo e alma da magistratura* (1997), passou a ser algo de dedicação formativa pelo autor. A proposta do curso era, de alguma forma, fornecer elementos reflexivos para consubstanciar decisões mais humanistas de personagens progressivamente relevantes para o andamento democrático.

A agenda de pesquisas dos anos 1990/2000 reagiu, assim, ao que estava posto pela conjuntura em duas dimensões: por um lado, Werneck Vianna ocupou-se de entender como os recursos postos pela Constituição Federal de 1988 poderiam transformar a sociedade, atuando, inclusive, como um incremento da vida democrática ao ampliar o repertório de direitos. Ao mesmo tempo, o autor reabriu nossa tradição em busca de uma leitura mais generosa acerca do papel civilizacional avançado pelo Estado ao longo de nossa tradição; por outro, Werneck Vianna ocupou-se da intervenção, agora por meio da dimensão profissional das Ciências Sociais, atuando junto à AMB na formação dos operadores do direito.

Anos 2010 a 2023: governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

A conjuntura política no Brasil passou por mudanças de enorme magnitude após a primeira década dos anos 2000. Embora o segundo governo Lula e o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff tenham transcorrido em um contexto de relativa calma, o cenário começou a se alterar profundamente a partir de 2013. Em junho daquele ano, manifestações

tomaram as ruas de diversas cidades do país, anunciando uma mudança de rota, que levaria o Brasil a um cenário de intensa instabilidade, o qual perduraria durante os anos seguintes. Nesse período, acontecimentos diversos – a exemplo das operações de combate à corrupção desencadeadas, a partir de 2014, pela Operação Lava Jato, sob a coordenação do juiz Sergio Moro; o ciclo de protestos protagonizados pelas direitas entre 2015 e 2016; o processo que levou à destituição de Dilma Rousseff da presidência da República em 2016; e a prisão de Lula em 2018 – evidenciavam o panorama de tormenta conjuntural atravessado pelo país. Esse turbilhão de fatos teria como um de seus principais resultados a desestruturação do sistema político construído no período pós-redemocratização – baseado, em grande medida, nas disputas nacionais entre PT e PSDB – e o fortalecimento da extrema-direita no Brasil, que levou, em 2018, à eleição para a presidência da República de seu principal representante político, Jair Bolsonaro.

A leitura dos escritos de Luiz Werneck Vianna ao longo desse período permite acompanhar, a partir de um olhar muito atento, essa conjuntura política tormentosa. Nesse período, Werneck Vianna vivenciou uma mudança profissional importante ao sair do Iuperj – instituição na qual permaneceu durante três décadas – e se vincular permanentemente como professor na PUC-Rio.⁵ Sua produção intelectual, no decorrer desses anos, foi “menos” acadêmica *stricto sensu*, quando comparada com as fases anteriores, e mais substancialmente dedicada à intervenção direta no debate público, sobretudo com a concessão de entrevistas – em especial para a revista do Instituto Humanitas Unisinos – e a publicação de artigos em jornais de ampla circulação, nos quais foi colunista, primeiro no *Valor Econômico* – onde escreveu entre 2010 e 2011 –, e, depois, no *Estado de São Paulo* – no qual teve suas colunas publicadas entre 2012 e 2019.⁶ Esses escritos – muitos deles posteriormente reunidos em coletâneas – podem ser compreendidos dentro de um movimento mais amplo, testemunhado no campo das Ciências Sociais, marcado por um maior engajamento de sociólogos e cientistas políticos nas análises de conjuntura, de modo a compreender as transformações e as crises políticas e sociais que ocorreram no país durante aqueles anos (Perlatto; Sousa, 2018).

As reflexões de Werneck Vianna sobre o governo Lula estão reunidas no livro *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na Era Lula*, publicado em 2011. Os dois textos que abrem a coletânea “O Estado Novo do PT” e “A viagem (quase) redonda do PT” – publicados originalmente no site *Gramsci e o Brasil*, em 2007, e no *Jornal de Resenhas*, em 2009 – dão o tom e o compasso dos artigos subsequentes, que buscam, com base em diferentes prismas, afirmar a crítica do autor à modernização “pelo alto”, levada adiante, segundo ele, pelo governo petista, a partir da retomada acrítica do nacional-desenvolvimentismo varguista. Essa modernização

⁵ A mudança profissional de Werneck Vianna esteve associada ao fim do Iuperj, atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), sendo incorporado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No contexto da mudança, Werneck Vianna escreveu sobre esse processo, ver: VIANNA, Luiz Werneck. O Iuperj vale uma missa? *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 mar. 2010.

⁶ Além disso, nesse período, Werneck Vianna publicou seus escritos no site *Gramsci e o Brasil*, e no blogue *Democracia política e novo reformismo*, publicado por Gilvan Cavalcanti Melo.

“por cima” impediria a afirmação do moderno entre nós, compreendido como “um contínuo aprofundamento da democracia política, de valorização da auto-organização do social e da autonomia da vida associativa diante do Estado” (Vianna, 2011, p. 20). O nacional, nesse contexto, seria subsumido à lógica da modernização econômica, subordinando a agenda da sociedade civil, encarada como agente passivo e como beneficiária dos êxitos da acumulação capitalista. O tema das relações entre direito, política e sociedade – um dos objetos centrais de suas formulações na década anterior – também está presente em alguns dos artigos que compõem a coletânea, nos quais Werneck Vianna alertava para as potencialidades, mas também para os riscos do excesso de judicialização da política no Brasil, “que, nos níveis em que atualmente a praticamos, arrisca a se tornar mais um caso de jabuticaba, uma fruta que somente medra aqui” (Vianna, 2011, p. 165).

Essa agenda reflexiva, preocupada com as relações entre direito, política e sociedade, também está contida nos artigos que compõem a coletânea *Ensaio sobre política, direito e sociedade*, publicada em 2015, e nas entrevistas contidas em *Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual*, lançado em 2018. É possível perceber em algumas dessas publicações ainda muito do otimismo de Werneck Vianna com as potencialidades dos processos de judicialização identificadas nos anos anteriores – que estariam associados à revolução processual do direito e às possibilidades abertas para o avanço na cidadania, a partir dos mecanismos abertos pela Constituição Federal de 1988 –, mas também à percepção, cada vez mais crítica, quanto ao protagonismo assumido pelo Judiciário ao longo daquele período. Sua leitura sobre o papel desempenhado pelos juízes e procuradores – a princípio, mais positiva – foi gradativamente assumindo tons mais negativos, destacando que “estas corporações tomaram conta do país” (Vianna, 2018, p. 244). Pelo papel por eles desempenhado naquela conjuntura, Werneck os chama, inclusive, de “tenentes de toga”, em comparação aos jovens militares dos anos 1920. Porém, diferentemente dos tenentes que “tinham um programa econômico e social para o país”, estes novos sujeitos não teriam propriamente um programa, sendo “portadores apenas de uma reforma moral” (Vianna, 2018, p. 246). A atuação deles no combate à corrupção – em articulação com a Polícia Federal, chamada por ele de “Batman institucional”, associada ao Ministério Público –, teria contribuído substantivamente para o enfraquecimento dos partidos e o esvaziamento da política.

Em artigos publicados entre 2021 e 2023, Werneck Vianna analisa a crise política atravessada pelo país, que acabou por levar à presidência Jair Bolsonaro. Suas últimas intervenções públicas foram marcadas por críticas ao presidente e pelos riscos representados pelo seu “fascismo tabajara”, projeto político “que nos ronda desde os anos 1930, derrotado por duas vezes, em 1945 e 1985, mas nunca erradicado, entranhado como está em nossa história de modernização capitalista autoritária” (Vianna, 2020). Ao diagnosticar os objetivos estratégicos do novo governo – associados à desconstrução da Constituição Federal de 1988, “considerada como entrave aos seus fins econômicos”, e ao desejo de impor seu “projeto de capitalismo de

estilo vitoriano” –, Werneck Vianna procurava destacar a importância da formação de uma frente ampla para resistir aos avanços do autoritarismo em curso (Vianna, 2020). Em um de seus últimos textos – já após a derrota de Bolsonaro na eleição presidencial de 2022 –, Werneck Vianna chamava a atenção para os desafios do governo “Lula-Alckmin”, que associava à imagem de “um desfileiro em que estão entrincheirados em suas margens atiradores de precisão e toda sorte de inimigos empenhados a impedir seus passos rumo à reconquista da democracia” (Vianna, 2023). Segundo ele, os desafios para a nova conjuntura que se abria estariam associados à necessidade de “replantar o tecido social”, reanimando “a vida sindical, os movimentos associativos e os partidos políticos de esquerda, nas cidades e no mundo agrário, este, hoje, tristemente confiado à manipulação dos interesses do agronegócio”, de modo a “conceder alento ao moderno” entre nós, instaurando “um estatuto de plena autonomia aos seus seres sociais”. Para esse processo, seria fundamental “uma intelectualidade ativa”, capaz de abrir “pela reflexão caminhos para novas trajetórias críticas sobre o passivo da nossa história e [iluminar] novas possibilidades de ações progressistas” (Vianna, 2023).

Considerações finais

A obra de Werneck Vianna perpassou alguns temas, mobilizando autores diversos e direcionando seu olhar para distintos objetos empíricos. Decerto, a proposta aqui avançada não pretendeu esgotar o trabalho do autor, mas sim indicar como Werneck Vianna conservou em suas pesquisas íntima relação com a complexidade da conjuntura brasileira. O que o autor conceituou como “necessidade” na origem do seu trabalho científico se traduziu num refinado trabalho teórico que nunca perdeu a vocação pública como marca.

Isso fez com que o sentido do ator e dos fatos analisados, alvo de permanente disputa nas interpretações acerca da conjuntura, fosse também objeto de interpretação do autor. Mais do que interpretar de maneira descomprometida, tratava-se, conforme Werneck Vianna nunca descuidou de reafirmar, da disputa pelo direcionamento dos fatos.

Não por acaso, suas pesquisas acompanharam a conjuntura do país, seja na forma, seja no conteúdo. Desde a tese de doutoramento, concebida originalmente como um texto de intervenção para o grande público, e que conscientemente foi forjada enquanto tese nos duros anos da repressão, passando pelos inúmeros ensaios de conjuntura, até as pesquisas já conduzidas no contexto da profissionalização das Ciências Sociais nos anos 1990 em diante, Werneck Vianna esteve sempre atento ao “aqui e agora”.

Há uma imagem construída por Italo Calvino na descrição do que é um clássico que pode, de alguma forma, descrever nosso autor. Segundo Calvino (1993, p. 15), clássico é aquele que nos permite captar o “rumor do lado de fora da janela”. Werneck Vianna, nosso clássico, será sempre isto: alguém que nos permite apreender o que somos, sem nunca esquecer do barulho das ruas.



Referências

- BARBOZA FILHO, Rubem; PERLATTO, Fernando (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Textos, contextos e um Brasil. In: BARBOZA FILHO, Rubem; PERLATTO, Fernando (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 17-45.
- PERLATTO, Fernando. *A imaginação sociológica brasileira: a sociologia no Brasil e sua vocação pública*. Curitiba: CRV, 2016.
- PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*, Niterói, v. 5, p. 461-503, 2014.
- PERLATTO, Fernando; SOUSA, Diogo Tourino de. Leituras de um Brasil em mudança: cientistas sociais, conjuntura política e democracia brasileira. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 256-289, 2018.
- PERLATTO, Fernando; SOUSA, Diogo Tourino de. O retorno ao republicanismo no Brasil: democracia, liberdade e participação. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindoia. *Anais [...]. Águas de Lindoia: [s. n.]*, 2013.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLUM JUNIOR, Brasília. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4, p. 243-282.
- VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck et al. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na Era Lula*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

- VIANNA, Luiz Werneck. A resistência ao fascismo tabajara: artigo de Luiz Werneck Viana. *IHU Online*, São Leopoldo, v. XX, p. 10-14, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/599533-a-resistencia-ao-fascismo-tabajara-artigo-de-luiz-werneck-vianna>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck. Atualizando uma bibliografia: “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, p. 5-30, 1984.
- VIANNA, Luiz Werneck. Conferência de encerramento. In: BARBOZA FILHO, Rubem; PERLATTO, Fernando (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 469-478.
- VIANNA, Luiz Werneck. *De um Plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual*. Seleção: Paula Martins Salles. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira: Verbena Editora, 2018.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a Era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006b.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck. Luiz Werneck Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai *et al.* (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006a. p. 161-181.
- VIANNA, Luiz Werneck. O terceiro poder na Carta de 1988 e a tradição republicana: mudança e conservação. In: OLIVEN, Rubem; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1986.
- VIANNA, Luiz Werneck. Uma travessia difícil: artigo de Luiz Werneck Vianna. *IHU Online*, São Leopoldo, v. XXVI, p. 15-18, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625166-uma-travessia-dificil-artigo-de-luiz-werneck-vianna>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Experiência brasileira e democracia. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e civilização brasileira. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palácios da Cunha. Cientistas sociais e vida pública: estudante de graduação em Ciências Sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 345-535, 1994.